

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 4/2016

Da reunião ordinária privada realizada no dia 04 de março de 2016, iniciada às 09,10 horas e concluída às 11,55 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	22
Agenda	22
Aprovação de Actas	22
Balancete	22
Despacho	22
DAG	23
DOP	26
DL	29
DGU	30
DEASS	31
DCJD	32
Aprovação em minuta	33
Votação das deliberações	33
Encerramento	33
Montante Global dos Encargos	33

ABERTURA

ATA Nº 4/2016

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária privada da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores, Carlos do Carmo Martins, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, José Joaquim Pinto de Almeida, Jorge Manuel Torrão Nunes e Nuno Flávio da Costa Reis, em substituição da Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente cumprimentou os presentes e, dando início aos trabalhos, deu a palavra aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador Carlos Martins sugeriu que fosse enviada uma carta de agradecimento à Senhora Dr.^a Vanda Ferreira, ex-Diretora do Centro de Emprego da Covilhã, que sempre manifestou grande colaboração com o Município; e congratulou-se com a inauguração das novas instalações da APPACDM da Covilhã, como sendo algo de muito marcante para a cidade e para os cidadãos covilhanenses, processo que acompanhou e ao qual deu o seu contributo, bem como na plataforma dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou ao Senhor Presidente que se pudesse analisar um processo no período de antes da ordem do dia e, por isso solicitou ao Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá e à Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, Eng.^a Isabel Matias que estivessem presentes, “porque na sequência de um telefonema que o Senhor Dr. Nuno Reis, como munícipe, fez à responsável do Urbanismo e numa reunião que houve entre o Senhor Vereador Nuno Reis com o Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá, eu sinto-me profundamente triste e quero que o Executivo tenha conhecimento do que se passa.

Eu como detentor da responsabilidade do pelouro do Urbanismo tenho dado provas de que não faço qualquer perseguição política a ninguém. Já resolvi problemas de urbanismo a pessoas que muito mal disseram de mim e resolvi-os, com a seriedade que de facto nos é possível.

O Senhor Vereador Nuno Reis, enquanto munícipe e enquanto empresário acusou o Urbanismo de perseguição política e pôs em causa o funcionamento do mesmo. Gostaria que fosse esclarecido isto pela Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e pelo Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá e depois farei a minha intervenção no período de antes da ordem do dia.”

O Senhor Vereador Nuno Reis disse que “gostaria só de interrogar se isto vai ser prática comum, trazer os processos do Urbanismo à Câmara, antes da Ordem de Trabalhos; eu não me dirigi, nunca, em nenhuma instância ou organismo, enquanto detentor de cargos públicos, fi-lo enquanto empresário e enquanto cidadão. Se o Senhor Vereador Joaquim Matias quer fazer política a uma situação que não é política, pois eu também sei resolver de forma política uma situação que não é política. Se vamos passar a trazer pontos do Urbanismo para o ponto de antes da ordem do dia, que envolvam cidadãos e processos, fico, em primeiro lugar, muito surpreendido que isso aconteça e, em segundo, o Senhor Vereador Joaquim Matias, muito preocupado na defesa do Urbanismo, não me tenha sequer contactado, a dizer que isto ia acontecer. É de uma baixeza política enorme, da revanche política que a sua concelhia está a preparar, relativamente às minhas declarações.”

O Senhor Vereador Carlos Martins afirmou que “sou humano, e em consciência ninguém me priva de dizer aquilo que penso. Se o Dr. Nuno Reis fez uma reclamação ou uma exposição sobre um processo, na qualidade de cidadão, obviamente que é Vereador do Município e, certamente, alguns colaboradores do Urbanismo não gostaram, mas isso não pode ser prática comum, porque se não temos aqui em todas as reuniões de Câmara processos de cidadãos.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

Já agora pergunto ao Senhor Vereador Joaquim Matias, o seguinte, eu não dou importância, mas há pessoas que ficam satisfeitas quando vêm algumas notícias nos *blogs*, nomeadamente os que não têm rosto, lá também dizem que houve um abaixo-assinado de técnicos projetistas sobre o funcionamento do Urbanismo. Não posso aqui fazer essa pergunta, porque isso é cobardia que está inserida num *blog* sem rosto. Para mim são todos colegas do Executivo, eleitos pelas forças políticas e por um grupo de cidadãos, tenho amizade mais com uns do que com outros, como é óbvio, mas também ando nisto há muitos anos; e tal como houve pessoas que acharam importante dizer que o Senhor Presidente da Câmara retirasse a Vice-Presidência ao Senhor Vereador Carlos Martins, eu quero dizer que a mim não me levam nesse tipo de comboio, seja quem for, sejam os Vereadores Joaquim Matias, José Pinto, Nuno Reis ou Nelson Silva, porque o meu comboio, mesmo que ande lentamente, vai chegar ao destino. Sobre esta matéria não me vou pronunciar, porque acho que não é o local apropriado; não é em defesa do Senhor Vereador Nuno Reis, nem é contra o Vereador Joaquim Matias, é apenas a minha posição como Vereador deste executivo.”

O Senhor Vereador José Pinto sobre o assunto referiu: “Eu gostaria também de concordar, se fosse de um munícipe qualquer e por razões mais do que óbvias, a questão tivesse que ser abordada, concordaria que o processo viesse aqui. Estando em causa o Vereador Nuno Reis ou qualquer um de nós, acho que não é a melhor forma de tratarmos os assuntos. Não estão em causa as pessoas, como disse o Senhor Vereador Carlos Martins, mas parece-me que não será este o procedimento e a forma de tratar o assunto. Na minha modesta opinião, poderia ter sido chamado a uma conversa em particular e, se depois em termos políticos, quisessem debater a questão, aí qualquer um deles poderia fazê-lo. No caso específico, que é do interesse, certamente muito pessoal do Vereador, parece-me não ser oportuno trazê-lo ao período de antes da ordem do dia, desta forma.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias acrescentou que “não me impressiona qualquer um de nós, nem os baixos, nem os altos. Não me estou a referir à intervenção do Senhor Vereador Carlos Martins, nem ao teor dela, mas vou responder-lhe em relação ao *blog*, pois quem não deve não teme.

Agora permitam-me o seguinte: Quando alguém põe em causa o bom nome e o funcionalismo de um qualquer departamento ou divisão desta Câmara Municipal, os eleitos, com as responsabilidades de ambas, devem ter o cuidado de escarpelizar e defender o Município. Se os Senhores entendem que não é a forma de defender o Município, eu entendo que sim e passo a citar, porque a baixeza de que fui acusado, neste momento, o Senhor Vereador Nuno Reis, vai engoli-la toda com a intervenção que vou fazer a seguir. Vai engoli-la toda! Com dados concretos e vou olhar nos seus olhos, com dados concretos.

Portanto, o Senhor Vereador Nuno Reis, de facto, não deveria ter sido recebido pelo Senhor Eng. Gonçalo Aires de Sá, por ser Vereador, recebeu-o num dia em que não havia atendimento ao público aos munícipes do concelho da Covilhã, para dar andamento à pretensão do Senhor.”

Interrompeu o Senhor Vereador Nuno Reis para dizer o seguinte: “Senhor Presidente vou pedir-lhe uma coisa, se é para continuar com esta prestação do Senhor Vereador Joaquim Matias, peço que o Senhor interrompa os trabalhos, que eu vou chamar o Jurista que me vai acompanhar neste processo. Se o Senhor Presidente der autorização para que isto continue, que seja chingado em praça pública sobre um telefonema que fiz a título particular, corrigindo milésimas vezes o Senhor Engenheiro, o facto de me tratar por Senhor Vereador, corrija-o milésimas vezes, mas o problema desta Câmara e,

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

nomeadamente de alguns serviços, é o facto do diz que disse e da destruição política e da destruição da imagem pessoal das pessoas. É por isto...”

O Senhor Vereador Joaquim Matias interrompeu para dizer: “O Senhor Vereador pode chamar quem quiser. Que fique isto em Ata.”

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis: “Que esteja tudo em Ata, desde o início a esta parte, para não acontecer como figuras do passado, que não fica em Ata e que depois são coisas tão importantes. Se é para chingar politicamente uma situação que é pessoal, que envolve a minha família, o meu irmão e a minha esposa, numa tentativa de empreender uma empresa na cidade, eu peço-lhe o favor de interromper os trabalhos, que vou chamar um Advogado.”

Usou da palavra o Senhor Presidente, para referir que “uma questão muito clara, em primeiro lugar dizer o seguinte: nenhum cidadão da Covilhã, pelo menos enquanto eu for Presidente da Câmara, está inibido de, no período de intervenção do público nas reuniões públicas, onde poderão exprimir e expor as suas reclamações, as suas indignações e eu, nunca tirei a palavra a ninguém, muito pelo contrário, sempre os deixei falar, desabafar, estão todos à vontade.

Não há temas tabu relativamente à nossa intervenção, porque ela é aberta e transparente, daí achar que não vejo mal nenhum a discussão ou reclamação. As reuniões de Câmara são espaços de debate e os Senhores Vereadores estão também à vontade para debaterem os temas que entenderem, sem tabus.

Estamos no período de antes da ordem do dia e estamos numa reunião privada. Se quiserem, propunha, mesmo se vocês quiserem falar sobre o tema aqui, não ficando em Ata e, no final, se assim o entenderem, divulgarem para fora. É um problema vosso e legal. Mas não há nenhum problema, que numa reunião privada, onde se tem tratado tanta coisa e requerido que não fosse colocado em Ata, possa ser esclarecido, para que equívocos não restem e não existam no futuro problemas. Não quero que o Senhor Vereador Nuno Reis seja prejudicado, quer a título pessoal, quer a título familiar e empresarial, pois todos nós temos a nossa reserva de intimidade e de privacidade, que é inviolável, mas a verdade é que podemos resolver as coisas com educação e clareza, e sem discussões ofensivas, expondo as situações e se as pudermos resolver, resolvemos, ajudamos a resolver e é para isso que estamos cá.”

Retomou a palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias considerando “que não é violar nenhum princípio o de trazer a uma reunião de Câmara matérias que devem ser apuradas e devem ser do conhecimento até da Câmara, porque ao contrário do que alguns pensam, tudo aquilo que é resolvido no Urbanismo, quase na sua totalidade, a responsabilidade não é só do Vereador responsável, mas é também de todo o Órgão Executivo. Eu penso muito na salvaguarda de tudo e de todos, não quero só a minha salvaguarda. Eu não sou obrigado a contactar com nenhum município só porque não teve a gentileza de se dirigir ao Vereador e se ter dirigido aos Técnicos. O município em causa não se dirigiu ao Vereador, dirigiu-se aos Técnicos e portanto, os Técnicos e muito bem, têm que transmitir para o responsável do pelouro, que é o Vereador, o acontecido, e eu confesso que não gostei. Não gostei, não é pelo facto das afirmações, é pelo facto de ser dito que havia uma perseguição política. E isto é que é preocupante, não é o resto. O preocupante é dizer-se a um Técnico da Câmara, que há aqui perseguição política no Urbanismo.”

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

Interveio o Senhor Vereador Nuno Reis dizendo: “Eu atalho já de foice!”

A Senhora Eng.^a Isabel Matias referiu: “Não foi para mim.”

Interveio de imediato o Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá para referir: “Foi comigo que chegou a dizer.”

O Senhor Vereador Nuno Reis questionou: “Eu insinuei que havia perseguição política?”

Respondeu o Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá: “Não nesta última semana. Numa conversa inicial, sim.”

O Senhor Vereador Nuno Reis questionou: “Numa conversa inicial? Eu insinuei que havia perseguição política? Isto é duma enorme indelicadeza. O tema até é caricato e exatamente por ser tão caricato é que eu acho estranho, que o Senhor Vereador Joaquim Matias, com tantos processos preocupantes no Urbanismo, que nos ameaçou aqui trazer matéria de facto para não sei quantos Presidentes de Câmara estarem presos e, no preciso momento em que devia apresentar essa informação aos Vereadores, depois de ter aqui ameaçado por diversas vezes...”

Interrompeu o Senhor Vereador Joaquim Matias para dizer: “Eu não disse nada disso.”

Respondeu o Senhor Vereador Nuno Reis: “Foi o que o Senhor disse, isso está em Ata.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo, “não estamos em nenhum Tribunal e ainda não sei qual é o tema. Faço apelo ao vosso poder de síntese.”

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis: “Traz uma matéria tão caricata que envolve diversos contactos que eu tenho, que eu pensava até que eram contactos pessoais, de pessoas que eu tinha como amigas no Urbanismo e afinal de contas percebo que há aqui uma espécie de teatro, que eu acho ridículo, que tem prejudicado de enorme dimensão esta cidade, que é o facto do diz que disse, depois de uma conversa pessoal irem transmitir internamente ao Vereador, porque Senhor Vereador Joaquim Matias, vou-lhe dizer até mais, se eu entendesse que o assunto era perseguição política, não era com nenhum dos seus Técnicos que eu tratava, era consigo. Era consigo Senhor Vereador. Sabe porquê? Porque se fosse perseguição política, não são os Técnicos que me perseguiam, era V. Exa.. Até lhe devo dizer mais, se fosse perseguição política, não era com nenhum dos Técnicos que eu marcava reunião, era consigo. E sabe V. Exa muito bem, porque presenciou, que tive a oportunidade, numa das reuniões, de V. Exa ceder um gabinete para poder, a Engenheira Isabel Matias e o Arquitecto Guerra Tavares, esclarecer-me a mim, enquanto cidadão, o problema que a minha empresa familiar atravessa, para a reconstrução de um armazém, numa propriedade que eu adquiri. Senhor Vereador Joaquim Matias, das duas uma - se isto é veneno político, tratamo-lo na praça pública, agora não lhe admito que traga questões pessoais, quando nunca, Senhor

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

Presidente, e juro por honra, que ao fazer esse compromisso terei indicado que me perseguiram politicamente. Provavelmente aquilo que disse foi, e não quero acreditar que isso seja assim, foi por causa de um caricato, que só pode ser, o facto de, haver aqui alguma intenção relativamente ao processo. Senhor Presidente, mais uma vez lhe digo que, se esta for a conduta, de trazer processos do Urbanismo, com dados telefónicos dos munícipes, todos os dias, ao ponto de antes da ordem do dia, faz favor de me informar, mas agradeço-lhe que suspenda os trabalhos, para eu poder chamar o meu advogado.”

O Senhor Presidente sugeriu que fosse abordada a questão meramente técnica.

A Senhora Eng.^a Isabel Matias: “Só queria fazer uma correção, antes de mais, de facto o Senhor Dr. Nuno Reis ontem telefonou-me, para falar de um processo que transita no Urbanismo.”

Interrompeu o Senhor Vereador Nuno Reis para referir: “Eu não lhe telefonei, foi a Senhora que me devolveu uma chamada. Eu telefonei-lhe na véspera.”

A Senhora Eng.^a Isabel Matias respondeu: “É no próprio dia devolvi-lhe a chamada. É verdade sim senhor. O Senhor Dr. Nuno Reis estava muito insatisfeito com a prestação do Urbanismo, inclusivamente alegou que não funcionávamos, que não falávamos entre nós, que nos queixávamos que não havia investimento, não estou a dizer mentira nenhuma! Que estava arrependido de ter investido na Covilhã. Eu só vou esclarecer a situação...”

Interrompeu o Senhor Vereador Nuno Reis para acrescentar: “Fico feliz, ao menos o processo vem ao ponto de antes da ordem de trabalhos, para o Executivo resolver.”

Interveio, de imediato, o Senhor Vereador Joaquim Matias dizendo: “Não é para resolver.”

A Senhora Eng.^a Isabel Matias retomou a palavra e disse: “Eu só estou a tentar dar o contexto. Obviamente, que isso é o procedimento comum, qualquer queixa que aja sobre o Urbanismo, de qualquer cidadão, de que eu tenha conhecimento, dou conhecimento ao Senhor Vereador, de imediato. Não foi exceção, não há aqui nenhum teor político. Eu sou técnica, não sou política. O procedimento que tive, à semelhança de qualquer um ou de qualquer outra situação, e o Senhor Vereador sabe que é verdade, quando há, de facto, uma manifestação de insatisfação, eu comunico ao Senhor Vereador, de imediato. Seja qual for o munícipe, seja qual for a situação, é esse o procedimento.”

O Senhor Presidente questionou: “Mas a questão de fundo é essa?”

Interveio o Senhor Vereador Nuno Reis respondendo: “A questão de fundo é essa, porque o processo é tão irrelevante, que a questão de fundo é esta. ”

Interrompeu o Senhor Vereador Joaquim Matias dizendo: “Não é bem assim.”

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis dizendo: “Os técnicos queixaram-se ao Senhor Vereador e o Senhor Vereador, como era o Senhor Vereador Nuno Reis que estava a fazer o telefonema e não o fez nessa qualidade, traz o assunto ao ponto de antes da ordem do dia, porque não tem mais nada para apresentar. É matéria de facto que está aqui. Aproveitar o facto de o Vereador Nuno Reis, eleito por umas listas independentes, que é Presidente da Concelhia do CDS ter apontado há quinze dias numa entrevista, publicamente, aquilo que eram reuniões tidas entre o Presidente da Concelhia do CDS e o Presidente do PSD, que afastava o Senhor Vereador Joaquim Matias, de todos e quaisquer acordos com a Câmara. E como sabe isto é matéria política.”

Interveio o Senhor Vereador Carlos Martins: “As eleições são para o ano e sobre este assunto não temos nada a ver. Se existem queixas sobre o Urbanismo, sobre o Departamento de Obras, sobre o Departamento Financeiro, só temos que defender a Câmara. Agora, defender questões que são pessoais e que envolvem eleitos, não.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu: “É esse o objetivo.”

O Senhor Vereador Nuno Reis: “Só para defesa da honra, vou só dizer mais o seguinte, exatamente neste telefonema, que eu agradeço dos Técnicos, porque os Técnicos são responsáveis, eu nunca disse que os Técnicos eram irresponsáveis ou que não eram bons e se o tivesse de fazer, o Senhor Presidente sabe que o faria aqui. Nunca ninguém me impediu de dizer aquilo que eu pensava, sobre o não funcionamento da autarquia. Se eu entendesse que o Urbanismo não tem um funcionamento correto, provavelmente já lhe tinha trazido aqui essa situação. A verdade é que na qualidade técnica de todos os Técnicos, com elevação, na amizade e na estima que tinha pelos mesmos, aquilo que aconteceu foi um telefonema, em que ficou combinado, que na próxima semana, uma reunião, no dia de atendimento ao cidadão - há dias específicos para atender, já percebi isso, mas por acaso, num desses dias específico, V. Exa fechou o Urbanismo, para uma formação – eu porque fui lá a uma segunda-feira “aqui d’el Rei”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias: ““Você sabe que eu antecipei o dia de atendimento dessa semana para a quarta-feira e foi devidamente anunciado.”.”

O Senhor Vereador Nuno Reis: “Deixe-me só terminar, que eu não estou a ser mal criado consigo.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias: “O Senhor é que é mal criado que me fez interromper uma reunião com as pessoas. O Senhor é que é mal-educado e não sabe o que é a democracia.”

O Senhor Vereador Nuno Reis: “O Senhor é que está a ser mal criado comigo, está a atacar-me.

E na elevação dos quadros técnicos que o Urbanismo tem e na qualidade dos quadros técnicos, ficou agendada uma reunião, na próxima semana, eu acompanhado das pessoas técnicas que me acompanham no projeto, para tentar resolver o assunto. Espanta-me o facto de marcada essa reunião, marcada essa possibilidade de eu me defender enquanto cidadão, de me proteger, salvaguardando os interesses da minha empresa e da minha

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

família, exatamente no dia após o telefonema, venha ao ponto de antes da ordem do dia, uma situação que é estritamente pessoal.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias: “Peço ao Senhor Presidente que não permita que me interrompam, que eu não interrompi ninguém.”

O Senhor Presidente: “Agradeço que o Senhor exponha o seu ponto de vista.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias: “ O telefonema que o Senhor cidadão Nuno Reis fez, até referiu que só na Câmara da Covilhã é que acontecem estas situações, que não acontecem noutros sítios, como que a violação de um Plano Diretor Municipal possa ser feita em qualquer Câmara deste país, que é uma coisa que dá investigações judiciais, que dá perdas de mandato, que dá tudo isso. Portanto, o que está em causa é um conjunto de afirmações que o cidadão Nuno Reis proferiu e, obviamente não posso dissociar a condição do cidadão, do Vereador, porque o Vereador tem muito mais responsabilidades do que qualquer outro cidadão do Município. Nomeadamente responsabilidades de defesa do Município e da imagem do Município. E porque o Senhor Vereador até falou na entrevista que deu à Rádio Cova da Beira, no “Flagrante Direto”, aconselhava os Senhores Vereadores todos a ouvirem essa entrevista, que eu vou pronunciar-me no período da ordem do dia desta reunião. O que está em causa, na verdade, era que o tratamento ao cidadão Nuno Reis fosse diferente, daquele que é ao cidadão comum, ao ponto de estar no processo um requerimento, para que não lhe fosse levantado um processo de contraordenação e que hoje, até à data de hoje, ainda não sei porque é que não está levantado, porque já desde setembro que isto aconteceu e o Gabinete Jurídico ainda não levantou o processo de contraordenação e obviamente que estes atrasos levam a que se fale no Urbanismo, porque alguém quer que se fale mal do Urbanismo. Senhor Presidente, porque eu não quero, se há alguém que defenda os Técnicos e os funcionários, eu sempre o fiz desde 93 que estou aqui e sempre os fiz e enquanto eu entender, que os funcionários são funcionários, Técnicos interessados que defendem o Município, ninguém os vais denunciar, porque eu não permito. Prefiro eu ir embora do que fazerem isso. Comigo os funcionários não são beliscados por ninguém. Se entenderem que o Senhor Eng.º Gonçalo Aires de Sá e a Senhora Chefe de Divisão da Gestão Urbanística, não têm explicações em relação ao processo, dispensamo-los e vão embora. O objetivo foi tão-somente, numa reunião privada de Câmara, e podia-o ter feito na reunião pública e porque eu não quero criar uma imagem do Município e dos eleitos, que poderia criar, trouxe esta intervenção aqui à privada. Senhor Presidente fica nas suas mãos, a possibilidade ou não, o querer ou não que a Senhora Eng.ª”

Tomou a palavra o Senhor Presidente para referir: “Se há alguma coisa que o Executivo possa ajudar a resolver, em defesa do interesse público e do cidadão empresário, assim será.”

Interveio de imediato o Senhor Vereador Joaquim Matias para referir: “O processo está a ser tratado tecnicamente.”

Questionou o Senhor Vereador Nuno Reis: “Tecnicamente?”

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

Retomou a palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias: “O Senhor não me interrompe e não me dá corda, porque já cá ando há muitos anos e quase o conheci de fraldas.

Senhor Presidente o processo está a ser tratado tecnicamente, como são tratados todos os processos e quando há processos que implicam investimentos, criação de postos de trabalho, há uma coisa que se chama “Via Verde” no Urbanismo. Um dia destes, se calhar, eu vou ser interrogado, porque é que resolvi o problema de um loteamento em 30 dias, quando um loteamento, na normalidade demora 2 anos. Os Técnicos resolveram-no em 30 dias.

A Senhora Chefe de Divisão Urbanística e o Senhor Eng.^o Gonçalo Aires de Sá foram dispensados, mas que fique ciente o Executivo do seguinte – os Técnicos do Urbanismo e a Senhora Chefe de Divisão, Eng.^a Isabel Matias têm essa obrigação, como tem qualquer colaborador, de cumprir com o eleito e de o informar de tudo o que se passa no seu Departamento. Mal seria se eu não fosse informado pelos Técnicos e pelas chefias do que se passa no Urbanismo, mal seria. Quero manifestar toda a solidariedade, quer pessoal, quer profissional que tenho tido no Urbanismo e eu vou então aguardar para que o Senhor cidadão Nuno Reis tenha a hombridade, que tenha de facto esse gesto, para com as pessoas que trabalham no Urbanismo, porque aquilo que o Senhor Vereador Nuno Reis queria era que nós violássemos o PDM, para resolver o seu problema. Era isso que ele queria e isso não vai acontecer, porque eu não quero saber, porque eu não tenho dinheiro para pagar indemnizações, não vai ser. A Senhora Eng.^a e o Senhor Eng.^o podem-se ausentar.”

Interveio o Senhor Vereador Nuno Reis: “Senhor Presidente deixe-me só dizer isto, foi feita aqui uma acusação gravíssima que o Vereador Nuno Reis terá pedido para se violar o PDM. Isso deverá constar em Ata. Que conste em Ata e em defesa da honra gostaria de lhe dizer o seguinte – Nunca, em nenhuma circunstância alguma, pedi que isso acontecesse. Mais, afiançei sob palavra de honra, num compromisso que tive com o Engenheiro de pré-aprovação do projeto à construção que, esse mesmo assunto seria resolvido, como vai ser resolvido na segunda-feira, com a aquisição total dos 6 hectares, dos quais sou proprietário, de parcelas, para ter a ideia, de 20 e 30 m², que tem ilhas no meio da propriedade e é bom que V. Exa. saiba disso. Portanto, só por defesa da honra, gostaria de lhe afiançar que nunca, mas por nunca em circunstância alguma pedi que se violasse o PDM.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias: “Antes da Senhora Engenheira Isabel Matias se ir embora queria dizer o seguinte: Solicito-lhe encarecidamente que me faça chegar as falsas declarações da Técnica deste processo, porque você participava logo”

O Senhor Vereador Carlos Martins referiu ainda: “A Senhora Eng.^a Isabel Matias, antes de se ir embora... Como sabem o pelouro do Urbanismo é do Senhor Presidente e está partilhado com o Vereador Joaquim Matias, certo? Obviamente eu tenho confiança total no responsável pelo pelouro do Urbanismo e dizer também que, em início de mandato eu também tive essa responsabilidade, tal como o Senhor Vereador Joaquim Matias tem agora e também tive sempre confiança nos Técnicos. Lembro-me perfeitamente e certamente não terá sido de propósito, como os processos eram tantos e tínhamos que acelerar, e lembro-me de ter despachado dois processos que não podiam ser despachados. Lembra-se desse dia, Senhora Eng.^o Isabel Matias? Alto aí! Sou novo nesta matéria, mas não sou parvo! Estou a falar do processo da Penhasol.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

O Urbanismo é sem dúvida alguma, um dos serviços mais complexos, que existem no Município. Não estou a defender um ou outro Vereador, mas esta matéria não é para aqui, porque o Senhor Vereador Nuno Reis, por ser Vereador é um munícipe como os outros e também podíamos dar a oportunidade de outros munícipes, querem vir às reuniões para se analisarem esses assuntos. Diz-se tanta coisa, inventa-se tanta coisa, Senhor Presidente, mas temos mais que fazer. Temos mais com que nos preocupar apesar disto ser importante, porque violar o PDM, não é só responsabilidade do Vereador Joaquim Matias, é de todos. Quando me vêm a dizer que no Urbanismo até há lá uns cidadãos em que os processos até andam mais rápido, etc., etc., são todos iguais. Agora cada um é que sabe, se faz ou se não faz. E em relação a essa questão do *blog* que refere o Senhor Eng.º Jorge Pombo foi em defesa do Município e de quem era responsável pelo Urbanismo.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias, relativamente ao *blog*, esclareceu: “Quero responder ao Senhor Vereador Carlos Martins o seguinte, tenho aqui um documento que diz o seguinte e que foi endereçado pelo Senhor Eng.º Jorge Pombo: *-Meu caro Vereador quero deixar expressa a minha indignação com a notícia do blog Pelourinho, não só não há qualquer manifesto como não integrei qualquer movimento, seja de que tipo for. Cumprimentos Jorge Pombo-*.

O Senhor Eng.º Jorge Pombo teve a delicadeza de se deslocar ao Urbanismo já duas vezes, a dizer-me o seguinte – *Eu respondi ao Pelourinho para que publicassem, com o meu nome, uma nota do que referi. Caso não o façam um Jornal da Covilhã irá ter a resposta pública. – Para responder em relação a essa matéria -*.

Quem não deve não teme!

Senhor Presidente, eu nunca trouxe aqui as manifestações de agrado pelo tratamento que munícipes e moradores nos querem fazer no concelho da Covilhã. Nunca as trouxe aqui. Por acaso sei de uma que enviaram ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com um investimento nas Cortes do Meio. É minha obrigação, resolver o problema dos outros.”

Apresentou ainda, a seguinte proposta, que se transcreve:

“Proposta

A proposta da Lei do Orçamento do Estado tem, quanto a mim, aspetos positivos, nomeadamente o facto de “o segundo orçamento do estado do pós-troika consagrar a reposição de várias medidas que favorecem a autonomia do Poder Local e que tinham sido suspensas de forma abrupta no período de assistência financeira. O regresso à normalidade ao nível autárquico impunha-se, tanto mais que o contributo das autarquias para os resultados obtidos ao nível do défice e da dívida pública são notórios.”

Não compreendo no entanto, que “para comer uma refeição escolar seja aplicado 23% em IVA e comer num qualquer restaurante do país seja apenas aplicada a taxa de 13%.”

Não compreendo ainda que, “sendo a Lei das Finanças Locais muito recente (2013) o governo elabore uma proposta que não respeita a Lei e retire às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia cerca de 300 milhões de euros. A Lei do Orçamento do Estado do ano passado aumentou as transferências para os municípios em 108 milhões de euros, ou seja, no total aumentou quase 5%. A proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2016 só aumenta 1,2%, cerca de 26 milhões de euros. Há uma interrupção no crescimento e reposição de fundos.”

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

De acordo com a análise feita, “Também relativamente às freguesias verifica-se o incumprimento da Lei das Finanças Locais. O valor global dos fundos a transferir está cerca de 21 milhões de euros abaixo do que deveria ser.” No que concerne as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, que recebem menos cerca de 3,5 milhões do que preconizado na Lei. Este incumprimento em 2016 é um travão ao investimento autárquico tão mais grave quanto coincide com um ano importante de Portugal 2020 e estas entidades tem que estar dotadas de meios para garantir a execução e coordenação do investimento.

A maior decepção é a questão do IVA nas refeições escolares. É incompreensível a incoerência de não estar previsto o abaixamento do IVA nesta matéria, assim como incompreensível e incoerente não estar previsto baixar o IVA para os transportes escolares, pois, que garantia tem os municípios que a despesa não aumenta por força do aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos? Se o Governo pretende compensar as empresas com a majoração em sede de IRC, deveria compensar os municípios com a redução do IVA.

Para que sejam introduzidas alterações que corrijam as matérias evidenciadas, a Câmara Municipal da Covilhã, aprovou mandar o Senhor Presidente Dr. Vítor Pereira, para que junto do Governo diligencie no sentido da correção das matérias aqui expostas.”

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Presidente informou que, na passada semana, esteve presente numa reunião da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da qual é Vice-Presidente da Mesa, “e, por unanimidade, de todas as forças políticas representadas, foi aprovada uma Moção de teor idêntico a esta, no sentido de promover a redução do IVA nas refeições escolares, bem como o caderno reivindicativo para que fosse atendido, pelo Governo da República, pelos Partidos Políticos e grupos parlamentares, em sede de discussão de especialidade, que está a decorrer neste momento, no Parlamento.”

O Senhor Vereador José Pinto saudou a proposta, referiu que ela refere o mesmo da proposta por ele trazida anteriormente e lamentou que seja só agora apresentada, pois já estão no Executivo há três meses, e não foi apresentada quando o anterior Governo implementou essas medidas, mas concordava com o teor da mesma.

Submetida a proposta à votação, a Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar.

O Senhor Vereador Joaquim Matias informou que entregou ao Serviço de Apoio aos Órgãos as fichas de ocorrências do Gabinete da Proteção Civil, para conhecimento dos Senhores Vereadores.

Deu também conhecimento que o Gabinete de Proteção Civil Municipal está a comemorar o Dia Mundial da Proteção Civil, divulgando as ações previstas, a ter lugar nos estabelecimentos de ensino do concelho, envolvendo 790 alunos, contando com a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

E, de seguida, fez a seguinte intervenção, que se transcreve:

“No passado dia 22 de Fevereiro de 2016, o Senhor Nuno Reis, como Líder da Concelhia do CDS/PP, no programa de RCB “Flagrante Direto”, falou, cito, “por exemplo, na situação de Joaquim Matias, que a par de outros vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, pecam pela passividade na tomada de decisões e na ação.” O Presidente dos Populares na Covilhã não encontra nenhuma vantagem para o Concelho do Vereador do Partido Social Democrata assumir o lugar a tempo inteiro, bem pelo contrário, afirma: “o ter acrescentado mais um Vereador a tempo inteiro (Joaquim Matias) não trouxe nada de positivo, bem pelo contrário, desaparecem o diálogo e o confronto de ideias e de estratégia para o município.”

Desafio alguém a pegar no caderno de compromissos que o PSD apresentou aos eleitos e a ver quais são as ideias que estavam ali defendidas e as que estão a ser defendidas pelo vereador do PSD na Câmara Municipal da Covilhã.” Referiu ainda o líder do CDS/PP Nuno Reis, que o diálogo para um futuro compromisso tem que passar, por um lado, por aquilo que são as linhas vermelhas de cada força partidária, e por outro, pela transparência e abertura das conversações. “Os erros cometidos em abordagens no passado não voltarão a ser repetidas”, defende. “Os erros não podem repetir-se assim como os atores que os protagonizaram.”

Senhor Vereador Nuno Reis começo pelo fim desta introdução:

Na verdade, se o PSD local aceitar dialogar com o líder do CDS/PP local Nuno Reis, terá o líder do PSD ter muito cuidado, não vá o Senhor fazer como fez no passado (2013), que deu o dito por não dito, quando reuniu com o líder do então do PSD local.

Quanto ao caderno de compromissos que o PSD apresentou aos eleitores, chamava-se e chama-se PROGRAMA DE AÇÃO 2013/2017. Era constituído por 50 páginas, do qual constam:

- *Prólogo do candidato Joaquim Matias;*
- *Pilares estruturais do Futuro;*
- *Ação Social, Saúde e Qualidade de vida;*
- *Educação e Formação Profissional;*
- *Ciência e Tecnologia;*
- *Empreendedorismo e captação de investimento;*
- *Cultura, Património, Associativismo e Turismo;*
- *Desporto;*
- *Agricultura, Agro-Indústria, Agro-Pecuária e Silvicultura;*
- *Planeamento Urbano e Rural;*
- *Juventude e Juventude Sénior;*
- *Comunicação, Gestão e Administração Autárquica.*

Solicito ao Senhor Vereador Nuno Reis do CDS/PP que exiba o seu caderno de compromissos que apresentou aos eleitores do Concelho da Covilhã, bem como as propostas que apresentou a este executivo retiradas do tal caderno de compromissos que referi. Quanto à afirmação “o ter acrescentado mais um vereador a tempo inteiro (Joaquim Matias) não trouxe nada de positivo bem pelo contrário”, quero informá-lo do seguinte:

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

No pelouro do Urbanismo, com a concordância dos técnicos, chefias, e restantes funcionários, introduziram-se alterações em procedimentos importantes para o funcionamento dos serviços:

- *Colaborámos e continuamos a colaborar para a desmaterialização;*
- *Colaborámos ativamente com os peritos das finanças no que diz respeito ao Zonamento (Coeficiente de Localização) publicado em Portaria das Finanças n.º 420-A/2015 no dia 21 de Dezembro;*
- *Cumprimos a deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 6 de Fevereiro de 2015, tendo identificado já em 2015, 440 prédios urbanos, 72 prédios rústicos, 68 prédios urbanos degradados e em ruína, 2 prédios rústicos florestais em situação de abandono, tendo já comunicado aos Serviços de Finanças de 27 prédios mal avaliados. Há um elevado número de prédios urbanos e rústicos ainda por identificar, e a monitorizar em cada ano – 43.210 prédios urbanos e 53.005 prédios rústicos – o que vai contribuir para o impacto que deverão gerar nas receitas do Município.*

No presente ano, até ao dia de hoje, já majorámos mais 58 prédios.

Analisei e despachei 1.465 processos no ano de 2015. No Pelouro da Fiscalização que recebi a 4 de Dezembro de 2015, por despacho 58/2015 do Senhor Presidente também foram adaptados determinados procedimentos, por forma a tornar este sector mais operacional.

- *Criámos a bolsa de projetistas e empreiteiros;*
- *Levámos a efeito o Workshop – Responsabilidades e equipamentos em segurança contra-incêndios;*
- *Levámos a efeito o Workshop – O Impacto da simplificação Administrativa nos Procedimentos Urbanísticos;*
- *Estamos a preparar um outro com a presença do conceituado advogado Dr. Osvaldo Gomes, PNSE e ICNF.*
- *No que diz respeito ao pelouro da proteção Civil Municipal fizemos:*
- *Criámos a Comissão Municipal de Proteção Civil;*
- *Elaborámos o Regulamento de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;*
- *Elaborámos o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil Municipal em prontidão para o bem-estar do cidadão;*
- *Está elaborado o projeto de um centro de formação municipal para gentes da Proteção Civil;*
- *Está elaborado o projeto de Escola em Prontidão;*
- *Iniciámos as comemorações do Dia Mundial da proteção Civil 2016, com 15 ações e em 9 estabelecimentos de ensino estando contemplados 790 alunos, onde vamos desenvolver atividades nesses estabelecimentos de ensino sobre a temática da proteção de pessoas e bens. A dinâmica destas atividades assenta em palestras de 45 minutos onde se mostra de forma sucinta mas interativa aquilo que é a Proteção Civil e as suas atividades, sendo proposto aos presentes uma interação com o moderador e assim mitigar algumas situações do dia-a-dia que se traduzem em risco permanente;*
- *Em 2015, estive presente em cerca de 70 incêndios urbanos, estive presente em alguns acidentes/atropelamentos, estive presente em cerca de 200 incêndios rurais, estive presente em desmoronamentos vários, estive presente em cerca de 50 quedas de árvores e também marquei presença em alguns simulacros.*

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

- *Informo que, em todas as situações de incêndios e derrocadas fui responsável por toda a logística.*
- *Elaborámos o Projeto de Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público que está em fase de análise final para ser presente a este órgão para aprovação, depois de obedecer a toda a tramitação;*
- *Também no dia 4 de Dezembro de 2015 por despacho 58/2015 do Senhor Presidente da Câmara recebi o Pelouro da Defesa do Consumidor (CIAC), o qual acompanho, e estamos a dar andamento a todos os processos de reclamações que recebemos;*
- *Já elaboramos o programa das ações que vamos desenvolver no Dia Mundial do Consumidor e posso informar que vamos ter uma iniciativa a levar efeito no Auditório Municipal para cerca de 100 alunos e professores ligados ao curso de Economia com um vasto programa, incluindo uma exposição;*

Referiu ainda o Senhor Nuno Reis o seguinte:

“...desaparecem o diálogo e o confronto de ideias e de estratégia para o Município.” Com esta sua afirmação, que considero grosseira e grave está a acusar o Senhor Presidente de falta de democraticidade, o que não é verdadeiro, porque sempre tivemos espaço e tempo para análise e troca de impressões, sendo que até já tivemos matérias que não reuniram o consenso aquando da sua apresentação, e chegámos a votá-las por unanimidade.

Senhor Vereador:

Se depois de tudo o que lhe relatei, continua a pensar que “não encontra nenhuma vantagem para o Concelho do Vereador do PSD assumir o lugar a tempo inteiro bem pelo contrário, só posso daí tirar duas relações:

- *Para o Senhor líder do CDS/PP local, quanto pior para os Covilhanenses, melhor para si;*
- *Se continua a pensar o mesmo, o senhor demonstra uma enorme falta de “seriedade” política.”*

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito

Afirmou ainda: “Eu fui convidado pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira, para assumir as funções a tempo inteiro. Quando o Senhor Presidente da Câmara Vítor Pereira entender que eu não sirvo o Município, que eu não sirvo os munícipes, tem a total liberdade de me dizer que não conta mais comigo. Eu tenho a total confiança e esse princípio. Mas quando o Vereador Joaquim matias entender que não está a servir o Município e os munícipes, esse mesmo dia vai-se embora.”

O Senhor Vereador Nuno Reis acrescentou: “ Sobre este assunto gostaria de dizer: há aqui questões políticas, como deve ter percebido, a entrevista que dei, dei-a na qualidade de Presidente da Concelhia do CDS/PP e entendo que há espaço público, espaço que não este para discussão sobre matérias que envolvem dois partidos políticos. Por outro lado, vejo com desagrado, a falta de diálogo que existe entre o Senhor Vereador Joaquim Matias e a Concelhia do PSD, porque o Senhor Vereador Joaquim Matias faz aqui um relato de uma Concelhia que não é aquela que tem reunido comigo e que temos preparado o normal caminho político das eleições autárquicas de 2017. Uma vez mais legítimo exatamente aquilo que disse na entrevista, ou seja, há aqui duas nulidades. Por um lado, o Vereador Joaquim Matias foi eleito pelo PSD e por outro lado a concelhia do PSD que, já assistimos a uma demissão do Presidente da Concelhia por não concordar

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

com a presença do Senhor Vereador Joaquim Matias no Executivo, a tempo inteiro, e por outro lado o atual Presidente que dá garantias que o mesmo será resolvido. Acredito que são situações políticas. Isto é um assunto que é meramente político, que envolve dois partidos, PSD e CDS/PP da Concelhia da Covilhã e existam as formas próprias para analisar isto.”

O Senhor Vereador José Pinto chamou à atenção que no relatório que mencionou falta lá mencionar os terrenos do domínio público, que são da autonomia da Câmara Municipal e que estão em péssimas condições e que a Proteção Civil deveria proceder à sua limpeza.

O Senhor Vereador Nuno Reis leu e entregou o documento que se transcreve:

“1. Por razões profissionais não me foi possível estar presente na inauguração das novas instalações da Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente mental (APPACDM) da Covilhã.

Quero por isso, saudando todos aqueles que acreditaram neste projeto, felicitar o Sr. Dr. António Marques, que pela sua tenacidade, enorme empenho e dedicação a esta causa que é de todos, lutou para que tudo fosse possível e desejar os maiores sucessos no trabalho que esta Instituição realiza no dia-a-dia na nossa cidade.

2. Felicitar a atleta Inês Reis, do penta Clube da Covilhã, que se sagrou Campeã Nacional e se encontra apurada para o Campeonato Europeu.

3. Findo o prazo que me avançou, quanto ao tempo de resolução da problemática que envolve a localização do Tribunal de Trabalho, e considerando que um dos seus assessores assegurou em praça pública, passo a citar: “temo não ter muito boas notícias sobre esse assunto (...)”, gostaria de conhecer se o espaço que irá acolher este importante serviço se encontra definido, qual a sua localização e se a mesma foi alvo de aprovação por parte das instâncias respeitantes.

4. Foi pública a promessa de V. Exa. de que do acordo celebrado entre o Município da Covilhã e a Parq C não resultaria nenhum despedimento de funcionários.

É hoje do conhecimento público que os mesmos receberam as cartas de demissão e que seguirão para o desemprego. Onde é que as negociações de V. Exa. falharam para que o resultado seja diferente do que prometeu aquando da celebração deste acordo.

5. O ainda Administrador da Parkurbis em declarações à Rádio Cova da Beira afirma que falta estratégia ao Município e que este executivo tem perdido muito tempo a olhar para o retrovisor, num “...luto muito demorado e sofrido (...)”.

Para além disto, e não se trata de ninguém da oposição mas antes da sua confiança política, afirma que “há meses que os empresários reivindicam melhorias nos parques industriais”, tratando-se de “pequenas coisas como limpeza, segurança e acessos (...)” e a não receberem nenhuma resposta a estas questões.

Cumpre-nos questionar V. Exa.:

- a) Tem conhecimento do pedido de demissão do Sr. Administrador do Parkurbis? Se sim, quais as razões que lhe foram apresentadas?
- b) O que leva V.Exa. a não responder ao pedido dos empresários que refere o0 ainda Administrador do Parkurbis?
- c) Que pretende V. Exa. com a atividade do Parkurbis? Quais são as principais linhas estratégicas do Parkurbis para os próximos anos?

- d) Terminado o prazo com que se comprometeu, após questionado por mim há um mês, está em condições de apresentar o Plano de Atividades do Parkurbis?

6. O Governo do Partido Socialista sob desculpa da “necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão das delegações Regionais do IEFP, IP”, sem analisar desempenhos, resultados ou sequer partilhar previamente as intenções de ação e orientações para conhecer posição dos antigos dirigentes, demitiu todos os responsáveis que exerceram funções no Governo anterior.

Importa, quer por experiência pessoal, profissional, quer pelo que diversas pessoas e empresas me atestam, considerar a competência, dedicação e disponibilidade com que as antigas dirigentes do IEFP da Covilhã, que cessaram funções no dia 19 de Fevereiro, empenharam na resolução dos problemas relacionados com o emprego e com a empregabilidade na nossa região.

Considerando esta atitude do Governo despesista e de uma enorme falta de responsabilidade e respeito para com quem exerceu empenhadamente funções públicas, cumpro-me saber junto de V. Exa. se tomou posição, se concorda com a forma como se procedeu e se revê no modo como o Governo geriu toda esta matéria.

7. A propósito da presença de V. Exa. na BTL e atendendo a que não são conhecidas até ao momento nenhuma das orientações e linhas programáticas do seu executivo para o setor do turismo na Covilhã/Serra da estrela, seria importante perceber se prevê apresentar algum projeto estratégico sobre este assunto e se considera poder aceitar a proposta que lhe apresentei de, a partir do seio da Assembleia Municipal, criar um fórum de discussão sobre a importância estratégica do Turismo para a nossa cidade e região, permitindo a participação de todos os agentes económicos, sociais e políticos que se interessam por este setor e que vêm no mesmo uma fileira estratégica com enormes potencialidades.

8. Considerando a diretiva comunitária 2005/36/CE, que contempla dois tipos de profissionais que podem exercer atividades de Arquitetura em toda a EU, os definidos no art.º 46.º e listados no Anexo V da Diretiva 2005/36/CE e que são os Arquitetos (com formação mínima exigida na EU para o exercício de arquitetura), e os definidos no art.º 49.º e listados no Anexo VI da Diretiva 2005/36/CE que são os “não Arquitetos” ou engenheiros civis (que apesar de não preencherem a formação mínima exigida para o exercício de arquitetura, têm o Direito Adquirido de a exercer com iguais direitos desde que detentores de títulos de formação com a formação iniciada o mais tardar em Portugal no ano letivo 1987/88), torna-se relevante conhecer qual a posição do Município a esta diretiva e o impacto da mesma nos serviços respeitantes.

9. Por fim, e uma vez que o anunciou publicamente na última reunião da Assembleia Municipal, gostaria que V. Exa. me informasse sobre a atividade que o Sr. Vereador do Planeamento e Estratégia tem realizado em torno das comemorações do aniversário da Universidade da Beira Interior e se as mesmas se encontram já articuladas com a agenda e calendários da Instituição.”

O Senhor Vereador Carlos Martins questionou o Senhor Vereador Nuno Reis se o Senhor Miguel Bernardo é militante do CDS/PP.

O Senhor Vereador Nuno Reis respondeu “Eu creio que ele exerce funções no PS, não no CDS/PP. Mesmo que fosse eu não lhe poderia dizer, como sabe. Há reserva sobre essas questões. Como é nomeado pelo partido socialista, pensei que fosse militante do PS.”

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

O Senhor Presidente informou que o Senhor Vereador Nelson Silva está numa reunião, em representação do Município.

O Senhor Vereador José Pinto elogiou a atleta Inês Reis pelos sucessos desportivos que tem vindo a alcançar.

Congratulou-se e referiu ser um dia histórico para a cidade, a inauguração da nova sede da APPACDM, que “é a escola, um lar e a família, que alguns não têm.”

Questionou o Senhor Presidente sobre a construção de barreiras arquitetónicas no edifício da Câmara Municipal, indo de encontro com o seu discurso, aquando da inauguração deste novo espaço na cidade, pois deve-se ser coerente na prática das ações.

Manifestou a sua perplexidade relativamente às intervenções dos Senhores Presidente de Junta de Freguesia, na última Assembleia Municipal, quando se queixaram de questões de ordem financeira, de ordem prática na execução das suas funções ou as protocoladas com a Câmara Municipal.

Sobre a questão das Hortas Sociais do Teixoso, que sempre defendeu, referiu que está preocupado se este projeto é ou não concluído e lembrou os problemas de acessibilidades, que continuam por resolver no nosso concelho, aguardando com expectativa o Plano de Intervenção.

Sobre a redução do valor dos passes sociais, afirmou que existem muitas formas de ajudar, na mobilidade das pessoas, e tem-se vindo a confirmar o contrário, por parte da Covibus, estando até agendada uma greve, por parte dos trabalhadores da Covibus, por falta dessa sensibilidade, até com os próprios funcionários.

Questionou sobre a intervenção do Senhor Miguel Bernardo e se há mais alguma coisa de concreto, para além do seu pedido de demissão.

Referiu que a Câmara foi convidada para participar na Feira dos Queijos, como afirmou a Associação, ao contrário do que tinha dito o Senhor Presidente, questionando assim, quem disse a verdade.

Ainda sobre o negócio realizado com a Parq C, no que respeita à passagem dos trabalhadores para os quadros do Município, disse ter sido informado que a situação ainda não estava definida, apesar de ser notória a indisponibilidade por parte da Câmara, mas tal como, e relativamente ao pedido de isenção do IMI, aquando da aquisição da Cooperativa dos Fruticultores, foram dadas garantias de manutenção dos postos de trabalho, facto que não aconteceu com os funcionários do Parq C, sendo despedidos coletivamente, em seu entender estava a ser praticada uma ilegalidade e uma grande injustiça, com cumplicidade da Câmara Municipal; poderia ver-se assim, aumentado o número de funcionários e reduzir-se os contratos temporários. Por outro lado, a Câmara não reuniu com os Sindicatos dos Trabalhadores, que foram agora colocados nesses parques de estacionamento, surgindo problemas desnecessários.

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou, relativamente os funcionários da Câmara Municipal, e sabendo que a Câmara terá que reduzir os mesmos em cerca de 3%, se não seria possível admitir os trabalhadores que trabalhavam no Parq C.

A Senhora Dr.^a Graça Robbins esclareceu “que esse impedimento dos 3% ocorreu até 31 de dezembro de 2015. Neste momento ainda não sabemos se se mantem a imposição de redução de 3% dos funcionários. Teremos que aguardar pelo novo Orçamento de Estado para saber se até 31 de dezembro de 2016 o teremos que fazer ou não. Relativamente aos trabalhadores da Parq C, a sentença não refere a integração dos trabalhadores e, no

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

meu entender, a Câmara não é obrigada a recebê-los, mas isso não invalida que eles recorram ao Tribunal, fazer valer algumas normas do Código do Trabalho.”

O Senhor Presidente tomou a palavra para responder às questões colocadas:

- sobre a Parq C disse estar preocupado com a situação dos trabalhadores e que houve essa preocupação antes do acordo judicial, mas como não houve uma transmissão do estabelecimento comercial, mas sim uma sentença que resolveu um Contrato de concessão do direito de superfície, essa questão não foi posta em causa, bem como, o facto do Orçamento de Estado prever a possibilidade de novas contratações, estas nunca poderão aumentar os custos com o pessoal já existente e teriam ainda que ser aprovadas em Assembleia Municipal – motivos estes condicionantes à contratação desses trabalhadores;

O Senhor Vereador José Pinto referiu ainda, que existem formas legais de poder vir a admitir os funcionários da Parq C.

O Senhor Vereador Nuno Reis questionou o facto de, na transmissão do Contrato com a Parq C, ter havido a transmissão dos bens existentes, qual foi o motivo de não se ter contemplado a transmissão dos Contratos de Trabalho existentes, bem como se há alguma possibilidade, mesmo que seja provisória, de contratar os funcionários até à decisão judicial final ser resolvida.

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, referindo:

- Quanto às acessibilidades vai apresentar um plano de intervenção, discriminativo das datas e Freguesias a intervencionar;

- Sobre o Senhor Miguel Bernardo disse que “ele é Administrador não Executivo, não remunerado e que foi convidado a integrar o Conselho de Administração da Parkurbis, quando entendeu que não estavam reunidas as condições, que ele entendeu, a nível pessoal, para continuar no cargo, saiu.”

- Quanto à criação de barreiras arquitetónicas irão implementar várias soluções, no sentido de melhorar a inclusão e a mobilidade a todos os cidadãos;

- Sobre a cessação de funções da Senhora Diretora do Centro de Emprego, Dr.^a Vanda Ferreira, referiu que já agradeceu toda a colaboração dada ao Município, manifestando um grande profissionalismo; o IEFP gere os seus quadros de pessoal da forma que entende ser a mais adequada e a Câmara da Covilhã não têm qualquer intervenção;

- Sobre o turismo, referiu que é muito importante e bastante estratégico para o Município, tendo sido dado à Turistrela todo o contributo necessário para que o Governo aprove o projeto das telecabines, que é um projeto ecológico, que beneficia o turismo e as acessibilidades no ponto mais alto da Serra da Estrela;

- Informou que o Senhor Vereador Nelson Silva, no âmbito do seu pelouro, tem feito um trabalho de colaboração com o Senhor Vice-Reitor, Dr. João Canavilhas da UBI, no sentido de ser feito um trabalho conjunto entre as duas instituições, nomeadamente, na criação de um programa onde o Município se associa às comemorações dos 30 anos da Universidade e que, posteriormente, será apresentado;

- Quanto à diretiva comunitária que envolve os Engenheiros, solicitou ao Senhor Vereador Joaquim Matias que se pronunciasse sobre o assunto, que referiu: “conhecemos a diretiva comunitária que não se sobrepõe à Lei do país; isto tem a ver com uma iniciativa

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

legislativa, por parte da Assembleia da República, que pretende colmatar essa lacuna, que é o facto dos Senhores Engenheiros não poderem assinar os projetos e só poderem assinar os Senhores Arquitetos. Ontem recebemos um parecer da CCDRC que foi dado a uma outra Câmara Municipal do país, que vamos analisar e acredito que consigamos que, numa fase transitória resolver o problema dos Senhores Engenheiros.

Neste momento há Desenhadores e Engenheiros a fazer projetos e quem os assina são os Arquitetos, que, sem os analisarem e interpretarem estão a incorrer em falsas declarações ao Município. Já foram detetadas algumas situações que têm sido denunciadas à Ordem dos Engenheiros e à Ordem dos Arquitetos. Considero que é uma injustiça que estão a fazer aos Engenheiros, pois deveriam poder assinar os projetos.”

Sobre a intervenção feita por um Deputado na última sessão da Assembleia Municipal, relativamente à Senhora Notária disse: “o serviço de urbanismo fez uma informação pormenorizadíssima e remeteu-a ao Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro e porque temos processos pendentes, questiono se já foi ou não solicitado algum parecer jurídico à CCDRC, sobre o assunto.”

A Senhora Dr.ª Graça Robbins informou que o pedido de parecer já foi efetuado e que se encontra no Gabinete de Apoio para ser remetido à CCDRC.

O Senhor Vereador Nuno Reis agradeceu que, tal como foi dado conhecimento do requerimento da Senhora Notária a todos os membros da Assembleia Municipal, que se lhes desse também conhecimento do parecer solicitado à CCDRC, bem como da sua resposta.

Solicitou ainda que lhe fizessem chegar a Ata do Conselho Municipal de Educação.

O Senhor Vereador Jorge Torrão manifestou a sua preocupação com a área das florestas que tem que ser articulado com a Proteção Civil, agradecendo a colaboração do Senhor Vereador Joaquim Matias e saudando as iniciativas levadas a efeito nas Escolas do concelho; “o Gabinete Florestal da Câmara Municipal está numa situação de dúvida consistente e há que encetar um novo caminho; tem sido um trabalho sistemático e muito difícil quanto à consecução, quanto à organização do conselho municipal para a proteção das florestas e na elaboração do Plano Municipal de Florestas contra incêndios; é um documento que está neste momento a ser retificado, após a sua apresentação inicial. Saúdo também a iniciativa de reflorestação levada a efeito na zona dos baldios da Atalaia do Teixoso. Trago esta preocupação para esta reunião e para a agenda política, a questão das florestas, sob o ponto de vista ambiental, da economia financeira, da economia turística, da criação de postos de trabalho e de riqueza.”

Informou que foram iniciadas as atividades quaresmais em cooperação com a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

Saudou a realização, do I Encontro Nacional de Estudantes de Desporto, realizado pela primeira vez em Portugal, estando representadas todas as Universidades do país, que lecionam esta área; saudou a realização do XX Ciclo de Teatro Universitário da Beira Interior que se realiza de 2 a 12 de março, no Teatro Municipal da Covilhã; e saudou os 75 anos do GER Campos Melo.

Apresentou Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Herminio de Almeida Matos, empresário da área desportiva e pelo falecimento do Senhor Gabriel Raimundo, jornalista e escritor covilhanense.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

A este propósito, o Senhor Presidente referiu que o Senhor Gabriel Raimundo era dirigente de uma Associação de Emigrantes, em Paris, pelo que se deverá também endereçar as condolências a essa Associação.

Os votos de pesar foram aprovados por unanimidade.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente para aprovação a Ata n.º 3/2016, de 19/02/2016.

A Câmara deliberou aprovar a Ata n.º 3/2016, de 19/02/2016.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.854.423,83 € (um milhão, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três euros e oitenta e três cêntimos).

. Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 962.633,36 € (novecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e três euros e trinta e seis cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 891.790,47 € (oitocentos e noventa e um mil, setecentos e noventa euros e quarenta e sete cêntimos).

4. DESPACHOS

Não existem documentos neste assunto

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Orientações relativas à Consolidação de Contas – 2016

Presente documento de harmonia com o art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que submete a aprovação do órgão executivo, as Orientações relativas à Consolidação de Contas para o ano de 2016 do Município da Covilhã.

O Senhor Vereador José Pinto questionou qual é o valor percentual, na votação, que a Câmara detêm nas empresas participadas.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu “toda e qualquer empresa que integre o setor empresarial, está sujeita à consolidação de contas, independentemente da percentagem que o Município detêm. A Câmara Municipal, independentemente do valor percentual que detêm nessas empresas, tem sempre intervenção na gestão das mesmas.”

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, deliberou aprovar as Orientações e calendário de tarefas e operações a observar relativas à Consolidação de Contas do Município da Covilhã do ano de 2016, delas dando conhecimento às respetivas entidades.

b) Alienação da fração B do prédio sito na rua 1.º de Maio, Lote 11, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo 5028 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1489 da extinta freguesia da Conceição

Presente informação sob a referência I-CMC/2016/691, do Serviço de Património, datada de 17.02.2016, propondo a alienação pelo valor de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros) a José Manuel Silva Cruto, titular do NIF 112942229 e esposa Ana Maria dos Reis Alves Curto, titular do NIF 153331470, a fração B do prédio sito na Rua 1.º de Maio Lote 11, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 5028 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1489 da Freguesia da Conceição; e

Proceder à Escritura ou Documento Particular de Compra e Venda, mandatando o Senhor Presidente, com o pelouro do património municipal para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva Escritura/Documento Particular Autenticado.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, deliberou alienar pelo valor de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros) a José Manuel Silva Cruto, titular do NIF 112942229 e esposa Ana Maria dos Reis Alves Cruto, titular do NIF 153331470, a fração B do prédio sito na Rua 1.º de Maio, Lote 11, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 5028 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1489 da Freguesia da Conceição.

Deliberou ainda, suportar as despesas com o projeto de Certificação Energética, para efeitos de Escritura.

Mais deliberou, proceder à Escritura ou Documento Particular Autenticado de compra e venda, mandatando o Senhor Presidente, com o pelouro do património para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura.

c) Alienação de fogo habitacional sito na Rua João Mendes Alçada Paiva, n.º 4 - Bairro do Rodrigo, Covilhã

Presente ofício sob a referência I-CMC/2015/4469, do Serviço de Património, datada de 23.06.2015, propondo a alienação pelo valor de 20.500,00 € (vinte mil e quinhentos euros) a Rosa da Conceição Nascimento Nogueira, titular do NIF 118628941, do prédio sito na Rua João Mendes Alçada Paiva, n.º 4 – Bairro do Rodrigo, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 4197 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2328 da Freguesia da Conceição; e

Proceder à Escritura ou Documento Particular de Compra e Venda, mandatando o Senhor Presidente, com o pelouro do património municipal para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva Escritura/Documento Particular Autenticado.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, deliberou alienar pelo valor de 20.500,00 € (vinte mil e quinhentos euros) a Rosa da Conceição Nascimento Nogueira, titular do NIF 118628941, do prédio sito na Rua João Mendes Alçada Paiva, n.º 4 – Bairro do Rodrigo, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 4197 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2328 da Freguesia da Conceição.

Deliberou ainda, suportar as despesas com o projeto de Certificação Energética, para efeitos de celebração da escritura.

Mais deliberou, proceder à Escritura ou Documento Particular Autenticado de compra e venda, mandatando o Senhor Presidente, com o pelouro do património para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura.

d) Transmissão de titularidade de direito de superfície do Balcão Bar

Presente informação sob a referência I-CMC/2016/688, do Serviço de Património, datada de 17.02.2016, dando conta do pedido de transmissão do Direito de Superfície, requerido pelo locatário Luís Miguel Vicente dos Santos, titular do NIF 192989464, para Balcão Bar, Unipessoal, Lda., titular do NIF 510349340.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a transmissão do Direito de Superfície, requerido pelo locatário Luís Miguel Vicente dos Santos, titular do NIF 192989464, para Balcão Bar, Unipessoal, Lda., titular do NIF 510349340, a partir de 01/03/2016 e manter todo o clausurado existente no Contrato de Constituição do Direito de Superfície para vigorar até junho de 2023.

Deliberou ainda, proceder à Escritura ou Documento Particular Autenticado do direito de superfície, mandatando o Senhor Presidente, com o pelouro do património para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura.

e) Sinistralidade Automóvel

Presente a informação I-CMC/2016/572, do Serviço de Património Municipal, datada de 2016.02.08, sobre a sinistralidade automóvel dos veículos municipais, no mês de janeiro, na qual refere que não se registaram quaisquer sinistros.

A Câmara tomou conhecimento.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções Definitivas

- Empreitada da Obra de Reconstrução de um Muro no Parque da Goldra – Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra da Empreitada da Obra de Reconstrução de um Muro no Parque da Goldra – Covilhã.

***- Empreitada de Requalificação da Rua Corte do Sino e Rua Dona Zeca Gonçalves
- Trabalhos Complementares - Freguesia de Ferro***

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra da Empreitada da Rua Corte do Sino e Rua Dona Zeca Gonçalves – Trabalhos Complementares – Freguesia de Ferro.

- Empreitada de Requalificação Urbana das Ruas António Augusto Aguiar, Capitão Alves Roçadas, da Barbacã, Rua e Largo da Estrela, Travessa de São Tiago, Travessa do Forno, Escadas, Calçada de São Silvestre e Beco da Avozinha ou Escondidinho

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra da Empreitada de Requalificação Urbana das Ruas António Augusto Aguiar, Capitão Alves Roçadas, da Barbacã, Rua e Largo da Estrela, Travessa de São Tiago, Travessa do Forno, Escadas, Calçada de São Silvestre e Beco da Avozinha ou Escondidinho.

- Empreitada da obra de Requalificação Urbana da Rua Direita, Rua de St. André e Ruas Confinantes - Freguesia de Boidobra

A Câmara, face a terem sido suscitadas algumas dúvidas quanto à obra da empreitada, deliberou retirar este assunto, para análise do contratualizado com o empreiteiro.

- Empreitada de Conservação do Edifício Principal da Camara Municipal da Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra da Empreitada de Conservação do Edifício Principal da Câmara Municipal da Covilhã.

- Empreitada da obra de Requalificação do Largo da Igreja, Rua da Fonte Velha e Rua do Cimo do Povo – Dominguiso

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra da Empreitada da obra de Requalificação do Largo da Igreja, Rua da Fonte Velha e Rua do Cimo do Povo – Dominguiso.

b) Liberação de Cauções

- Empreitada de conservação e adaptação de um edifício situado na Rua Comendador Gomes Correia, na Covilhã

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 75% da caução total da obra.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou autorizar a liberação de 75% da caução total prestada no contrato de Empreitada de conservação e adaptação de um edifício situado na Rua Comendador Gomes Correia, na Covilhã, correspondente

ao período de tempo decorrido, nos termos da alínea a), b) e c) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.

- Empreitada de Construção do Funicular de S. João

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 397º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação parcial de 10% da caução total da obra.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou autorizar a liberação da caução na importância de 36.219,71€, (acrescido de IVA), ou seja, 10% do valor correspondente a 40% do remanescente e referente aos equipamentos afetos à obra mas dela autonomizáveis, do contrato de Empreitada de Construção do Funicular de S. João, correspondente ao período de tempo decorrido, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 397º do Código dos Contratos Públicos.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação Social

- Atribuição de habitação

Presente a informação sob a referência E-CMC/2016/778, datada de 22.02.2016, do Serviço de Ação Social, propondo a atribuição de habitação social sita no Bairro do Cabeço, Bloco 9 – 1.º esq.º, Tortosendo, ao munícipe Rogério da Silva.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, nos termos da informação dos serviços e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou atribuir a habitação social sita no Bairro do Cabeço, Bloco 9 – 1.º Esq., Tortosendo, ao munícipe Rogério da Silva.

ATA DA REUNIÃO DE 04/03/2016

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 11,55 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 0,00€.

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____